



Os Impactos do Novo CPC sobre o Processo Judicial Tributário

Guilherme de Almeida Henriques
Marciano Seabra de Godoi
Rafhael Frattari Bonito
Valter de Souza Lobato
[Coords.]

D'PLÁCIDO
EDITORA

Os Impactos do Novo CPC sobre o Processo Judicial Tributário

Guilherme de Almeida Henriques
Marciano Seabra de Godoi
Rafhael Frattari Bonito
Valter de Souza Lobato
[Coords.]



D'PLÁCIDO
EDITORA

Copyright © 2016, D'Plácido Editora.
Copyright © 2016, Os Organizadores.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa
Leticia Robini

Diagramação
Christiane Moraes de Oliveira

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia da D'Plácido Editora.



Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843 , Savassi
Belo Horizonte - MG
Tel.: 3261 2801
CEP 30140-007

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

HENRIQUES, Guilherme de Almeida; GODOI, Marciano Seabra de; BONITO, Raphael Frattari; LOBATO, Valter de Souza; [Coords.].

Os Impactos do Novo CPC sobre o Processo Judicial Tributário -- 1. reimp.
Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

Vários autores

ISBN: 978-85-8425-278-7

1. Direito 2. Direito Tributário I. Título II. Direito

CDU342

CDD341.39

Sumário

Apresentação	13
Autores	17

PARTE 1

1. Um novo Código de Processo Civil: sistematização, contornos e normas fundamentais

<i>Suzana Santi Cremasco</i>	23
1.1. A crise do Poder Judiciário e o surgimento de uma nova codificação	23
1.2. O Novo Código de Processo Civil: sistematização e contornos	29
1.3. As normas fundamentais do Novo Código de Processo Civil	35
Referências	42

2. Novo Código de Processo Civil e sua normatização sobre precedentes judiciais: possíveis impactos no âmbito das lides tributárias

<i>Marciano Seabra de Godoi</i>	45
2.1. Introdução	45
2.2. Progressivo fortalecimento dos precedentes judiciais nas reformas do processo civil brasileiro dos últimos 25 anos	45
2.3. O novo Código de Processo Civil e as linhas gerais de sua normatização sobre os precedentes judiciais	48

2.4. Impactos do novo sistema de precedentes sobre as lides tributárias: o que se pode esperar?	64
2.5. Conclusão	67
Referências	68

3. Análise jurisprudencial sobre a aplicação subsidiária do CPC às execuções fiscais

Valter de Souza Lobato

<i>Mônica de Barros</i>	71
3.1. Introdução	71
3.2. A aplicação subsidiária de uma lei geral	73
3.3. Análise de alguns julgados do superior tribunal de justiça sobre a aplicação subsidiária do cpc às execuções fiscais..	77
3.4. O Novo Código de Processo Civil. Algumas reflexões sobre a aplicação subsidiária.....	95
3.5. Conclusão	100
Referências	101

4. A aplicação do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica na execução fiscal: defesa do contraditório e Novo Código de Processo Civil

Rafhael Frattari Bonito..... **103**

4.1. Introdução	103
4.2. A desconconsideração da personalidade jurídica	104
4.2.1. O procedimento para a desconconsideração da personalidade jurídica e as inovações do Novo Código de Processo Civil	106
4.3. A desconconsideração da personalidade jurídica no Direito Tributário	109
4.3.1. A aplicação do incidente de desconconsideração aos casos de atribuição de responsabilidade ao sócio ou terceiros.....	110
4.3.1.1. Redirecionamento a terceiro incluído na Certidão de Dívida Ativa	113
4.3.1.2. Os casos em que o sócio ou terceiro não está incluído na certidão de dívida ativa	116

4.4. Conclusões	121
Referências	122

5. Limites objetivos da coisa julgada material nas relações tributárias de trato continuado à luz do Novo CPC

<i>Guilherme de Almeida Henriques</i>	127
5.1. Introdução	127
5.2. A Coisa Julgada Material no Novo CPC	130
5.3. A Coisa Julgada Material nas Relações de Trato Continuado	134
5.4. Das Ações Rescisória e Revisional no Novo CPC.....	137
5.5. Conclusão	140
Referências	141

PARTE 2

1. A tutela de evidência do Novo CPC como garantia constitucional de efetividade do sistema tributário

Marcelo Hugo de Oliveira Campos

<i>Raul Brandão Sampaio</i>	145
1.1. Introdução	145
1.2. Sobre os efeitos do tempo no processo	148
1.3. Tutela provisória no Novo Código de Processo Civil....	150
1.3.1. Tutela de Urgência no Novo Código de Processo Civil.....	151
1.3.2. Tutela de Evidência no Novo Código de Processo Civil.....	152
1.4. A tutela de evidência como garantia constitucional de efetividade do sistema tributário	154
1.5. Conclusão	164
Referências	165

2. A estabilização da tutela antecipada no âmbito tributário

<i>Daniela Carla Ferreira Barbosa</i>	167
2.1. Introdução	167
2.2. Principais aspectos da tutela de urgência (cautelar e antecipada) no Novo CPC	169

2.2.1. Irreversibilidade	171
2.2.2. Fungibilidade	173
2.3. Tutela cautelar	173
2.4. Tutela antecipada	174
2.4.1. Estabilização da tutela antecipada	175
2.4.2. Reflexos da Estabilização da tutela antecipada	178
2.5. A natureza jurídica da tutela de urgência concedida em face da Fazenda Pública (cautelar ou antecipada)....	181
2.6. As restrições impostas pelo art. 1059 do CPC/2015	184
2.7. Conclusão	185

3. A caução na tutela de urgência

<i>Breno dos Santos Lopes</i>	187
3.1. Introdução	187
3.2. Processo Cautelar x Novo Código de Processo Civil	189
3.3. Tutela cautelar antecedente x o Processo Tributário	194
3.4. Conclusão	197
Referências	198

4. A equiparação entre dinheiro, fiança bancária e seguro garantia judicial para fins de substituição da penhora promovida pelo Novo CPC e seus impactos na execução fiscal

<i>Pedro Henrique Neves Antunes</i>	201
4.1. Introdução	201
4.2. A Subsidiariedade do CPC à LEF.....	203
4.3. A Equiparação Entre Dinheiro, Fiança Bancária e Seguro Garantia pelo NCPC/15	207
4.4. Exceções à Necessidade do Acréscimo de 30% ao Valor do Débito Executado	210
4.5. Conclusão	212
Referências	212

5. Reflexões sobre a construção do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) no âmbito tributário

<i>Gabriel Bicalho Carvalho</i>	213
5.1. Contextualização do tema.....	213
5.2. O IRDR para além do texto legal. Elementos hermenêuticos basilares	216
5.3. O IRDR sob o viés das contendas fiscais massificadas...	221
5.4. Conclusões inquietantes, mas não pessimistas, sobre um instituto desafiador	227
Referências	228

6. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica e a responsabilidade de terceiros por débitos das pessoas jurídicas

<i>Viviane Angélica Ferreira Zica</i>	233
6.1. Introdução	233
6.2. Responsabilidade tributária	234
6.2.1. Sujeição Passiva Tributária.....	234
6.2.2. Classificação da Responsabilidade Tributária	235
6.2.3. Responsabilidade Tributária dos Sócios e Dirigentes das Pessoas Jurídicas	236
6.2.3.1. Responsabilidade subsidiária dos sócios nos casos de liquidação de sociedade de pessoas....	236
6.2.3.2. Requisitos para Imputação da Responsabilidade dos Sócios e Administradores com fulcro no art. 135 do CTN	237
6.2.3.3. Natureza Jurídica da Responsabilidade Tributária dos Terceiros.....	238
6.2.4. Responsabilidade de Terceiros no Contexto Jurídico Anterior à vigência do CPC/15	242
6.2.4.1. Mero inadimplemento da Obrigação Tributária.....	243
6.2.4.2. Dissolução irregular de sociedade.....	244

6.3. Desconsideração da personalidade jurídica no CPC/15...	245
6.3.1. A teoria da desconsideração da personalidade jurídica	245
6.3.1.1. Considerações Gerais.....	245
6.3.1.2. Pressupostos Autorizativos da Desconsideração da Personalidade Jurídica	246
6.3.2. Aplicação da Desconsideração da Personalidade Jurídica no Direito Tributário	247
6.4. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica no CPC/15 e a responsabilidade de terceiros ..	253
6.5. Conclusão	258
Referências	260

7. Honorários advocatícios de sucumbência nas causas em que a Fazenda Pública for parte

<i>Victor Paulo Amaral de Sousa</i>	263
7.1. Introdução	263
7.2. Origem dos Honorários Advocatícios de Sucumbência	265
7.3. Tratamento diferenciado da Fazenda Pública.....	267
7.4. Regramento dos Honorários Advocatícios de Sucumbência no CPC/1973	270
7.5. Regramento dos Honorários Advocatícios de Sucumbência no Novo CPC.....	275
7.6. Considerações finais.....	281
Referências	282

8. O Novo Código de Processo Civil e o Reexame Necessário

<i>Luís Paulo Gandra Almeida Duque Cabral</i>	285
8.1. Introdução	285
8.2. Conceito e Natureza Jurídica do Reexame Necessário.	286
8.3. Alterações no Reexame Necessário Promovidas pelo Novo CPC	288

8.4. Aplicação Temporal das Novas Regras do Reexame Necessário do Novo CPC.....	300
8.5. Reexame (Des) Necessário?	301
8.6. Conclusão	302
Referências	303

9. O lustro prescricional para repetição de indébito tributário perante os precedentes obrigatórios do Novo CPC

<i>Marcio Pedrosa Junior</i>	305
9.1. Introdução	305
9.2. A teoria da actio nata e o lustro prescricional para repetição do tributo declarado inconstitucional.....	306
9.3. Os precedentes com eficácia vinculante no CPC/15	310
9.4. A impossibilidade da renovação do lustro prescricional diante dos juízos de inconstitucionalidade veiculados em precedentes obrigatórios	312
9.5. Conclusões	315
Referências	316

10. Aspectos controversos do Novo Código de Processo Civil e a Lei de Execuções Fiscais

<i>Gustavo Fernandes Cordeiro</i>	319
10.1. Introdução	319
10.2. Aplicação subsidiária do Novo Código de Processo Civil à Lei de Execução Fiscal	321
10.3. Instituto da desconsideração da personalidade jurídica	322
10.4. Desconsideração da personalidade jurídica e sua aplicabilidade na Lei de Execuções Fiscais	324
10.5. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica no Novo Código de Processo Civil	328
10.6. Aplicabilidade do incidente de desconsideração da personalidade jurídica nas execuções fiscais.....	330
10.7. Conclusão.....	334
Referências	335

11. Entraves e desafios à aplicação do sistema de precedentes do Novo Código de Processo Civil em relação aos precedentes formados na vigência do Código de Processo Civil de 1973

<i>Freitrich A. R. Heidenreich</i>	337
11.1. Introdução	337
11.2. O poder vinculante atribuído aos precedentes com a entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil/2015	339
11.3. A nova sistemática de fundamentação das decisões prevista no NCPC/2015, os precedentes formados sob a vigência do CPC/73 e a necessidade do <i>distinguishing</i>	341
11.4. Conclusão	344
Referências	345

Apresentação

Em 2014, recebi dos Professores Marciano Seabra de Godoi e Valter Lobato, coordenadores, respectivamente, do *Masters of Law* (LL.M.) em Direito Tributário do Instituto de Educação Continuada (IEC), vinculado à PUC/MG, e da Especialização em Direito Tributário do Centro Educacional de Formação Superior (CEFOS), vinculado às Faculdades Milton Campos, o convite para lecionar a disciplina de Processo Judicial Tributário. Senti-me honrado e confiante, pois, como professor e advogado militante na área há mais de quinze anos, já havia me deparado com a maior parte das situações-problema que seriam objeto de estudo. Só não contava com a aprovação, no ano seguinte, da Lei nº 13.105, que instituiu o novo Código de Processo Civil.

Iniciando os estudos, a primeira dificuldade enfrentada, obviamente, foi a falta de bibliografia atualizada, em especial, obras que considerassem a autonomia didática do Direito Processual Tributária, que, contendo elementos do Direito Tributário Material, do Direito Administrativo e do Direito Processual Civil, tem no Estado o Juiz de sua própria causa, exigindo, para a solução de suas lides, critérios científicos e princípios próprios, como ensina o Professor James Marins¹, titular da cadeira de Direito Processual Tributário da PUC/PR.

A primeira experiência em sala de aula, no entanto, foi libertadora, pois, sem as amarras da doutrina, nem a análise prévia do texto legal pelos tribunais, sentimo-nos, os alunos e eu, à vontade para interpretar os dispositivos do novo CPC. Utilizamos as técnicas de

¹ MARINS, James. *Direito Processual Tributário Brasileiro* (administrativo e judicial) (atualizado com o CPC/15, comparativamente com o CPC/73, 8ª ed. São Paulo: Dialética, 2015).

hermenêutica jurídica consagradas por Carlos Maximiliano², para realizar uma leitura gramatical, histórica, sistemática e teleológica de seus artigos, sem argumentos de autoridade que afastassem uma ou outra conclusão. Percebemos, então, que estávamos diante de um verdadeiro processo de construção do conhecimento, idealizado por Piaget, e que poderíamos aproveitar esta oportunidade para divulgar nossas ideias.

Mas a tarefa não seria fácil e precisaríamos contar com a ajuda de pesquisadores experientes, que pudessem nos orientar nessa tarefa. Recorremos, então, aos coordenadores dos cursos, os Professores Marciano Seabra de Godoi e Valter Lobato, que imediatamente se prontificaram a organizar esse estudo e colaborar, pessoalmente, com a produção de conteúdo científico, o que resultou nos excelentes artigos que compõem esta obra, tratando do sistema de precedentes no novo CPC e da aplicação subsidiária do CPC/15 à Lei de Execuções Fiscais.

Tendo esse projeto um enfoque interdisciplinar, buscamos a perspectiva de um processualista “de formação” sobre a construção do novo CPC e, para isso, pudemos contar com a Professora Suzana Santi Cremasco, das Faculdades Milton Campos, colaboradora ativa da Comissão de Juristas responsável pela elaboração do anteprojeto do CPC/15, que nos brindou com uma aula sobre a sistematização, contornos e normas fundamentais do novo CPC no artigo que inaugura esta obra.

Como o interesse dos alunos foi muito grande, convidamos também o Professor Raphael Frattari Bonito, da Faculdade de Direito da Universidade FUMEC, para nos auxiliar na orientação das pesquisas, tendo o mesmo aquiescido, prontamente, com o nosso convite e contribuído, ainda, com um ótimo artigo sobre a aplicação do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na execução fiscal, que questiona, inclusive, os enunciados de alguns fóruns de magistrados sobre a matéria.

Criado, então, o Grupo de Pesquisa, passamos ao seu registro perante o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, com o objetivo de promover o intercâmbio e a troca de informações sobre essa linha de pesquisa com outras instituições e pesquisadores. Impusemo-nos um rígido cronograma

² MAXIMILANO, Carlos. *Hermenêutica e Aplicação do Direito*, 20ª ed. São Paulo: Forense, 2011.

de trabalho, visando divulgar nossas conclusões juntamente com a entrada em vigor do novo CPC, em março de 2016. E nesse ponto, foi fundamental o apoio da Editora D'Plácido, por meio de seu diretor, Plácido Arraes, que, desde o primeiro momento, incentivou esse projeto e se dispôs a publicar seus resultados.

Assim, é com grande alegria e satisfação que entregamos à comunidade acadêmica e aos operadores do Direito em geral esta obra coletiva, com o resultado de nossas pesquisas sobre os impactos do Novo CPC sobre o Processo Judicial Tributário. O livro conta com artigos de juristas já consagrados e com trabalhos de jovens pesquisadores, que aqui inauguram sua trajetória autoral e, certamente, hão de conquistar o respeito e a admiração de seus leitores.

Gostaríamos, por fim, de agradecer a todos aqueles que colaboraram com este projeto, em especial, aos professores Marciano Seabra de Godoi, Valter Lobato, Suzana Santi Cremasco e Raphael Frattari Bonito, que, mesmo com o sacrifício pessoal de seu escasso tempo livre, não mediram esforços para orientar esses jovens pesquisadores a conquistarem seus objetivos, e ao nosso editor, Plácido Arraes, por sempre acreditar e incentivar iniciativas como esta, conquistando papel de destaque na literatura jurídica nacional. A todos vocês, o nosso muito obrigado!

Guilherme de Almeida Henriques
Coordenador

Autores

Coordenadores

Guilherme de Almeida Henriques

Mestre em Direito Tributário pela UFMG. Especialista em Direito da Economia e da Empresa pela FGV. Professor dos Cursos de Especialização em Direito Tributário da PUC/MG e da Faculdade de Direito Milton Campos. Diretor do IEFi. Advogado.

Marciano Seabra de Godoi

Doutor em Direito Financeiro e Tributário pela Universidade Complutense de Madri. Mestre em Direito Tributário pela UFMG. Professor dos Cursos de Doutorado, Mestrado e Bacharelado da PUC/MG. Presidente do IEFi. Advogado.

Rafhael Frattari Bonito

Doutor e Mestre em Direito Tributário pela UFMG. Professor dos Cursos de Mestrado e Bacharelado da Universidade FUMEC/MG. Secretário-geral da ABRADT. Advogado.

Valter de Souza Lobato

Doutor e Mestre em Direito Tributário pela UFMG. Professor de Graduação, Pós-Graduação e Coordenador-Adjunto do Curso de Especialização em Direito Tributário da Faculdade de Direito Milton Campos. Vice-Presidente da ABRADT. Advogado.

Professoras Convidadas

Mônica de Barros

Mestre em Direito Empresarial e Especialista em Direito Tributário pela Faculdade de Direito Milton Campos. Coordenadora-adjunta do Curso de Especialização em Direito Tributário da Faculdade de Direito Milton Campos. Advogada.

Suzana Santi Cremasco

Doutoranda em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em co-tutela com a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Mestre em Direito Processual Civil pela UFMG. Professora da Faculdade de Direito Milton Campos. Advogada.

Autores

Breno dos Santos Lopes

Especialista em Direito Tributário pela Faculdade de Direito Milton Campos. Bacharel em Direito pela PUC/MG. Advogado.

Daniela Carla Ferreira Barbosa

Especialista em Direito Tributário pela PUC/MG. Bacharel em Direito pela PUC/MG. Advogada.

Freitrich Augusto Ribeiro Heidenreich

Especialista em Direito Tributário pela Faculdade de Direito Milton Campos. Especialista em Direito Tributário pela PUC/MG. Bacharel em Direito pela PUC/MG. Advogado.

Gabriel Bicalho Carvalho

Especialista em Direito Tributário pela PUC/MG. Bacharel em Direito pela UFMG. Advogado.

Gustavo Fernandes Cordeiro

Especialista em Direito Tributário pela Faculdade de Direito Milton Campos. Bacharel em Direito pela Universidade FUMEC. Advogado.

Luís Paulo Gandra Almeida Duque Cabral

Especialista em Direito Tributário pela Faculdade de Direito Milton Campos. Bacharel em Direito pela UFMG. Advogado.

Marcelo Hugo de Oliveira Campos

Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários - IBET. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos. Advogado.

Marcio Pedrosa Junior

Especialista em Direito Tributário pela Faculdade de Direito Milton Campos. Bacharel em Direito pela UFMG. Advogado.

Pedro Henrique Neves Antunes

Especialista em Direito Tributário pela Faculdade de Direito Milton Campos. Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários - IBET. Bacharel em Direito pela UFMG. Advogado.

Raul Brandão Sampaio

Especialista em Direito Tributário pela Faculdade de Direito Milton Campos. Bacharel em Direito pela UFMG. Advogado.

Victor Paulo Amaral de Sousa

Especialista em Direito Tributário pela Faculdade de Direito Milton Campos. Bacharel em Direito pela Faculdade FEAD. Advogado.

Viviane Angélica Ferreira Zica

Mestre em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos. Especialista em Direito Tributário pela PUC/MG. Especialista em Direito de Empresa pelo IBMEC. Especialista em Direito de Estado pela Fundação Universidade de Itaúna - FUIT. Especialista em Direito de Empresa pela FADOM. Bacharel em Direito pela FADOM. Advogada.

"A primeira experiência em sala de aula estudando o novo CPC foi libertadora, pois, sem as amarras da doutrina, nem a análise prévia do texto legal pelos tribunais, sentimo-nos à vontade para interpretar os dispositivos do novo CPC. Utilizamos as técnicas de hermenêutica jurídica consagradas por Carlos Maximiliano, para realizar uma leitura gramatical, histórica, sistemática e teleológica de seus artigos, sem argumentos de autoridade que afastassem uma ou outra conclusão. Percebemos, então, que estávamos diante de um verdadeiro processo de construção do conhecimento, idealizado por Piaget, e que poderíamos aproveitar esta oportunidade para divulgar nossas ideias.

Foi criado, então, um Grupo de Pesquisa, registrado perante o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, com o objetivo de promover o intercâmbio e a troca de informações sobre essa linha de pesquisa com outras instituições e pesquisadores. Impusemo-nos um rígido cronograma de trabalho, visando divulgar nossas conclusões juntamente com a entrada em vigor do novo CPC, em março de 2016.

Assim, é com grande alegria e satisfação que entregamos à comunidade acadêmica e aos operadores do Direito em geral esta obra coletiva, com o resultado de nossas pesquisas sobre "Os Impactos do novo CPC sobre o Processo Judicial Tributário". O livro conta com artigos de juristas já consagrados e com trabalhos de jovens pesquisadores, que aqui inauguram sua trajetória autoral e, certamente, hão de conquistar o respeito e a admiração de seus leitores."



D' PLÁCIDO
EDITORA

www.livrariadplacido.com.br

ISBN 978-85-8425-278-7



9 788584 252787